
2.2. Qual é o efeito do aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores nos desajustes educativos?

Ana Catarina Pimenta, Manuel Coutinho Pereira

1. Motivação

A força de trabalho portuguesa tem sido estruturalmente caracterizada por baixos níveis de escolaridade face aos padrões europeus. Não obstante, ao longo das últimas décadas, tem-se verificado um aumento considerável na escolarização dos trabalhadores. Em paralelo com esta tendência, ocorreu uma mudança para ocupações que exigem mais competências à medida que as economias se modernizam e o peso dos setores intensivos em tecnologia crescem. Estes desenvolvimentos têm-se refletido nos desajustes educativos, ou seja, no défice ou no excesso de escolaridade relativamente à considerada adequada para a função desempenhada pelo trabalhador. Estes fenómenos são designados, respetivamente, por subescolarização e sobre-escolarização.

Os desajustes educativos acarretam custos para as economias. No caso da sobre-escolarização, existe um subaproveitamento das qualificações, enquanto os trabalhadores subescolarizados tenderão a apresentar um défice de qualificações com impacto negativo na sua produtividade. Além disso, os desajustes educativos podem influenciar indiretamente a produtividade das empresas através do seu impacto nos salários e, de forma genérica, na satisfação do trabalhador.

Esta secção, baseada em Pimenta e Pereira (2019), pretende avaliar os desajustes educativos em Portugal ao longo das últimas duas décadas. A primeira questão analisada prende-se com o impacto na subescolarização decorrente da convergência das habilitações literárias da força de trabalho portuguesa para níveis mais elevados. De facto, tem-se registado uma redução consistente da subescolarização, em consonância com a substituição de gerações no mercado de trabalho. A maior subescolarização em Portugal relativamente a outros países da União Europeia é atualmente um problema maioritariamente confinado aos trabalhadores mais antigos. Adicionalmente, o crescente número de trabalhadores

altamente qualificados que ingressaram no mercado de trabalho, particularmente com ensino superior, traduziu-se apenas num pequeno aumento dos níveis de sobre-escolarização. Em particular, os valores para Portugal são inferiores aos da maioria dos países europeus.

2. Dados e cálculo dos desajustes educativos

A evolução dos desajustes educativos foi analisada através da informação detalhada proveniente de duas fontes: os Quadros de Pessoal, para Portugal, e o *Survey of Income and Living Conditions* (EU-SILC), para os países da União Europeia. As duas variáveis-chave são a ocupação dos trabalhadores e a sua escolaridade.

A avaliação dos desajustes educativos depende da definição do nível de escolaridade adequado para cada ocupação. Em geral, os desajustes medidos dependem fortemente de tal definição, uma vez que não existe uma metodologia única para determinar o nível de escolaridade adequado. Os resultados apresentados nesta coluna são baseados na correspondência estabelecida pela Organização Internacional do trabalho (ILO, 2012) entre a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO-08) e a *International Standard Classification of Education* (ISCED-97). Pimenta e Pereira (2019) utilizaram uma desagregação com seis ocupações, que corresponde a uma versão ligeiramente agregada dos oito principais grupos da ISCO-08: Trabalhadores não qualificados, Trabalhadores manuais qualificados, Trabalhadores de serviços pessoais e vendedores, Administrativos, Técnicos e Profissionais.

3. Evolução dos desajustes educativos no mercado de trabalho português

A Figura 13 apresenta a evolução dos desajustes educativos para o conjunto de trabalhadores e a Figura 14 a respetiva decomposição por ocupações e escalões de experiência potencial. A aproximação das qualificações da força de trabalho portuguesa aos padrões europeus conduziu a uma redução consistente da subescolarização ao longo do tempo, de cerca de dois terços dos trabalhadores em 1995 para aproximadamente um terço em 2013 (Figura 13). Esta tendência é comum a todos os escalões de experiência potencial, apesar de o nível de subescolarização variar substancialmente entre estes (Figura 14). A subescolarização situou-se em torno dos 80% para o grupo de trabalhadores com mais de 30 anos de experiência, em meados dos

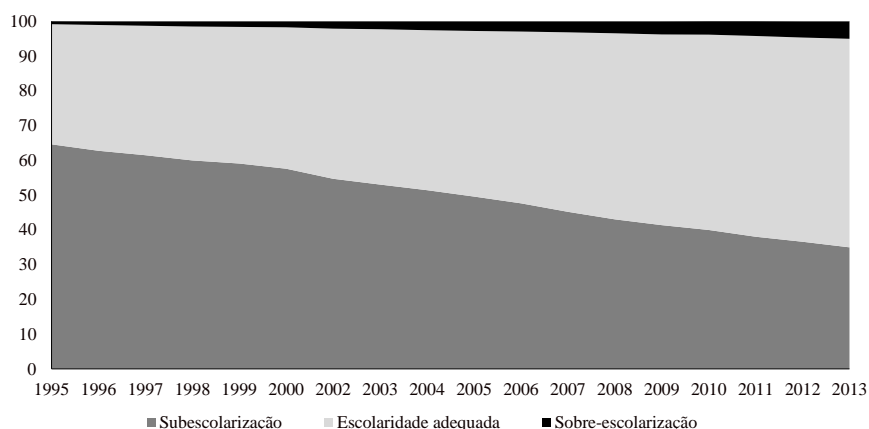


Figura 13: Evolução dos desajustes educativos de acordo com o indicador ISCO-ISCED (em percentagem).

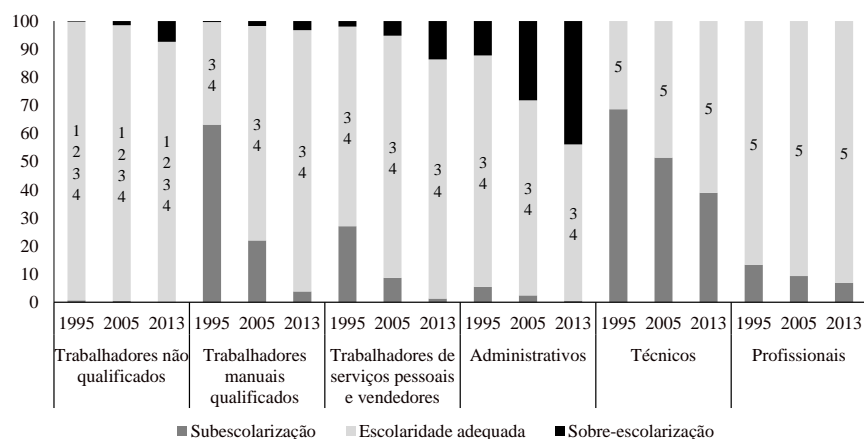
Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal (1995-2013).

anos 90, permanecendo nos 60% no final da amostra. Pelo contrário, para o grupo de trabalhadores menos experientes, a subescolarização caiu de aproximadamente 33% no início da amostra para 7% no final. O perfil decrescente da subescolarização ao longo do tempo para cada um dos escalões de experiência reflete a substituição gradual das gerações mais velhas pelas gerações mais novas, e mais escolarizadas, no mercado de trabalho.

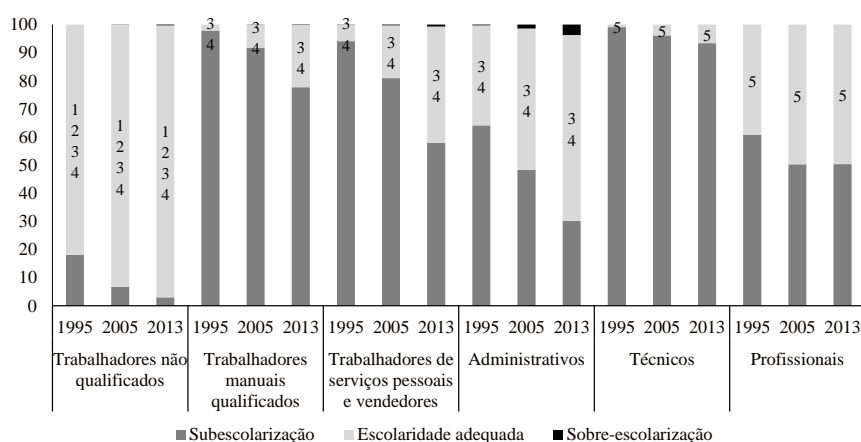
A sobre-escolarização continua a ser um fenómeno com pouca importância, passando de valores insignificantes, no início da amostra, para aproximadamente 5%, no final (Figura 13). A sobre-escolarização é mais elevada para trabalhadores com até 10 anos de experiência, aumentando de 4%, em 1995, para 12%, em 2013. Para os escalões com maior experiência, a proporção de trabalhadores sobre-escolarizados permanece muito baixa, mesmo no final da amostra (Figura 14).

3.1. *Trabalhadores sobre-escolarizados com ensino superior*

O aumento da proporção de trabalhadores com ensino superior na força de trabalho portuguesa tem sido um desenvolvimento importante das últimas duas décadas. A Figura 15 mostra que a proporção de trabalhadores com ensino superior aumentou de cerca de 3 para 16% entre 1995 e 2013. Estes trabalhadores têm sido maioritariamente contratados pelo setor dos serviços, cujo peso no emprego de trabalhadores com ensino superior tem aumentado, em paralelo com uma redução no peso da indústria transformadora.



(a) Escalão 0-10 anos de experiência



(b) Escalão mais de 30 anos de experiência

Figura 14: Evolução dos desajustes educativos por ocupação e escalões de experiência usando o indicador ISCO-ISCED (em percentagem).

Nota: Os números presentes nas barras indicam a escolaridade adequada para cada ocupação em cada ano: 0= Nenhum, 1=1º ciclo do ensino básico, 2=2º ciclo do ensino básico, 3=3º ciclo do ensino básico, 4=Ensino secundário e Pós-secundário e 5=Ensino superior.

Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal (1995-2013).

A proporção de trabalhadores sobre-escolarizados com ensino superior no total deste grupo de trabalhadores aumentou na primeira década da amostra (de 20 para 30%), tendo depois aproximadamente estabilizado. Não obstante o aumento da sobre-escolarização, a maioria dos trabalhadores com ensino superior que chegaram ao mercado de trabalho português foram capazes de encontrar profissões altamente qualificadas, nas quais a economia pode beneficiar mais com as suas qualificações.

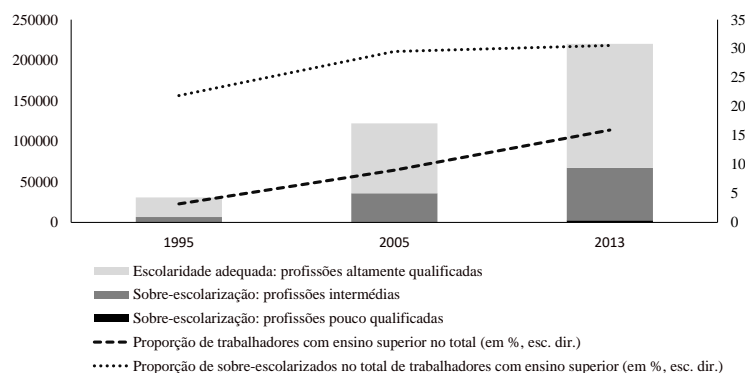


Figura 15: Ocupações e desajustes educativos dos trabalhadores com ensino superior de acordo com o indicador ISCO-ISCED.

Notas: As profissões pouco qualificadas incluem os Trabalhadores não qualificados; as profissões intermédias incluem os Trabalhadores manuais qualificados, os Trabalhadores dos serviços pessoais e vendedores e os Administrativos; as profissões altamente qualificadas incluem os Técnicos e os Profissionais. De acordo com a correspondência ISCO-ISCED, os trabalhadores sobre-escolarizados com ensino superior são aqueles que se encontram em profissões pouco qualificadas ou profissões intermédias.

Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal (1995-2013).

3.2. Desajustes educativos: Portugal face à União Europeia

A Figura 16 apresenta uma comparação internacional dos desajustes educativos. Portugal foi o país que registou maior incidência de subescolarização em ambos os anos, apesar da redução entre 2007 e 2016. A desvantagem de Portugal em relação à União Europeia reflete principalmente os baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores com mais experiência nas profissões com qualificações intermédias. No entanto, a já mencionada aproximação do nível de escolaridade da força de trabalho portuguesa aos padrões internacionais tem contribuído para mitigar essa desvantagem.

De ressaltar que os trabalhadores em profissões pouco qualificadas também detinham níveis de escolaridade inferiores aos dos seus pares europeus, mas tal não surge como subescolarização uma vez que o indicador ISCO-ISCED inclui os níveis elementares como escolaridade adequada (tal como se pode constatar na Figura 14). Além disso, prevalece alguma subescolarização nas profissões altamente qualificadas (especialmente para os Técnicos), contudo este fenómeno é comum a outros países europeus. Relativamente à sobre-escolarização, Portugal possui uma incidência inferior à média da União Europeia, que é transversal aos diferentes escalões de experiência.

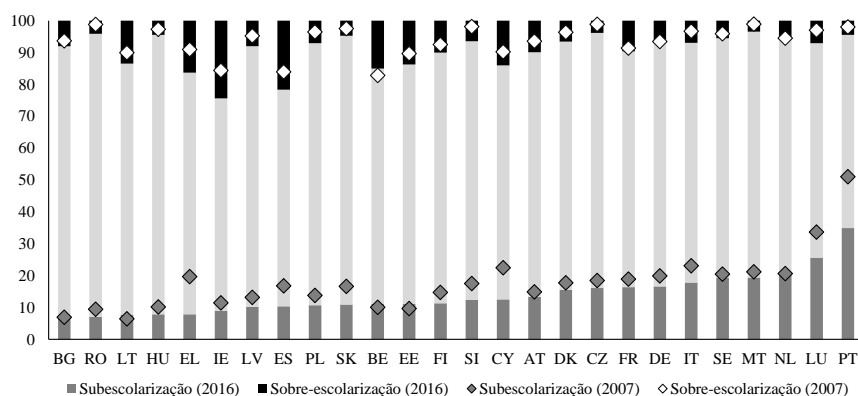


Figura 16: Evolução dos desajustes educativos por país da União Europeia entre 2007 e 2016 usando o indicador ISCO-ISCED (em percentagem).

Notas: Todos os resultados foram ponderados usando ponderadores amostrais, o que permite extrapolar para a população geral. Os 26 países representados são: Bélgica (BE), Bulgária (BG), República Checa (CZ), Dinamarca (DK), Alemanha (DE), Estónia (EE), Irlanda (IE), Grécia (EL), Espanha (ES), França (FR), Itália (IT), Chipre (CY), Letónia (LV), Lituânia (LT), Luxemburgo (LU), Hungria (HU), Malta (MT), Holanda (NL), Áustria (AT), Polónia (PL), Portugal (PT), Roménia (RO), Eslovénia (SI), Eslováquia (SK), Finlândia (FI) e Suécia (SE).

Fonte: Cálculos dos autores com base no EU-SILC.

4. Conclusões

Tem-se registado um declínio constante na proporção de trabalhadores subescolarizados no mercado de trabalho Português, à medida que as gerações mais jovens e mais escolarizadas substituem as mais antigas. Por sua vez, a sobre-escolarização em Portugal aumentou ligeiramente, mas permanece baixa, mesmo nos anos mais recentes.

Uma ressalva importante sobre as metodologias seguidas neste artigo diz respeito à avaliação da escolaridade adequada com base exclusivamente na educação formal, uma vez que as capacidades individuais, a formação profissional e a experiência podem ser igualmente importantes para que os trabalhadores executem adequadamente as suas funções. Adicionalmente, esta análise abrange apenas os desajustes educativos entre trabalhadores empregados, não considerando os indivíduos que não conseguiram encontrar emprego (estando, designadamente, desempregados ou tendo emigrado), algo que poderá ter sido particularmente importante nos anos anteriores a 2013, coincidindo com a crise económica.

Referências

- ILO (2012). "International Standard Classification of Occupations: Structure, group definitions and correspondence tables." *International Labour Organization*.
- Pimenta, Ana Catarina e Manuel Coutinho Pereira (2019). "Desajustamento entre escolarização e ocupações dos trabalhadores portugueses: uma análise agregada." *Revista de Estudos Económicos*, 5(1), 41–66.